

## **“Por que o desenvolvimento endógeno continua sendo o elemento preterido das estratégias de desenvolvimento na Europa?”**

Os recursos locais são incentivados a entrar na corrida do desenvolvimento exógeno!

Assiste-se à concorrência entre territórios, à corrida pelos investimentos exteriores. O desenvolvimento “de baixo para cima” conserva um caráter paliativo e marginal. Nos dias de hoje, o essencial dos meios permanece orientado para a atratividade dos investimentos estrangeiros, ignorando as externalidades negativas deste modelo. Entretanto, as estratégias industriais de reconversão dos anos 70-80 na Europa não tiveram os resultados aguardados. Outras estratégias mais modestas foram ensaiadas nos anos 90: quer seja, antecipar os fechamentos criando uma miríade de pequenas e médias empresas, na maioria das vezes no setor terciário, ou reorientar com habilidade a economia local incentivando as iniciativas dos habitantes, cultivando um clima gerador de atividades, as cooperações horizontais no contexto da descentralização.

O desenvolvimento local, vítima de seu sucesso?

Mesmo as organizações internacionais meteram a mão na massa. O desenvolvimento local é apresentado como um instrumento adaptado aos países, regiões e populações carentes. A visão neoliberal, exógena, se impõe: fenômenos de concentração-aglomeração cumulativos, especialização e aceleração da concorrência entre as regiões, polarização descontínua do desenvolvimento territorial em torno das zonas densamente povoadas, novas desigualdades. Países europeus menos desenvolvidos souberam valorizar suas vantagens comparativas e aproveitar este choque exógeno (Irlanda, Finlândia); outros se mostraram incapazes disto por múltiplos motivos ligados à sua história peculiar e/ou às fragilidades institucionais. O entusiasmo atual pelos “pólos de desenvolvimento”, quer sejam rurais ou urbanos, traduz simplesmente a orientação política geral que mobiliza os recursos locais em proveito... do desenvolvimento exógeno!

No discurso político, este movimento se concretizou pelo endurecimento progressivo da Estratégia de Lisboa lançada no ano 2000. No decorrer dos anos, sob pretexto de racionalização, a maioria das recomendações relativas ao desenvolvimento local foi suprimida. Na França, ao passo que o orçamento trienal de apoio aos pólos de competitividade alcança 1,5 bilhões de euros, uma subvenção da ordem de 400 milhões de € é destinada para o Fundo social europeu para o desenvolvimento endógeno local, para sete anos! “Finalmente, se poderia dizer que o desenvolvimento local foi vítima de seu sucesso e que ele foi “recuperado” pelo modelo econômico dominante. Introduzindo a noção de competitividade, esse soube se apropriar para fins concorrenciais dos fatores imateriais de um dinamismo territorial, ou ainda desviar para a esfera mercantil, certas relações de convivência e de realização coletiva”.

Fragilidades internas e obstáculos consideráveis

Continua sendo um assunto de prática e os instrumentos conceptuais faltam. A transposição de experimentos singulares para uma generalização é difícil, as capacidades pessoais desempenhando um papel determinante. O conceito é impreciso: sóciopolítico, ele designa a autonomia e a capacidade de auto-organização dos grupos locais, socioeconômico ele tenta oferecer uma alternativa à economia dominante. Esta

ambivalência alimenta expectativas diversas e, às vezes, contraditórias. Os laços estreitos que o unem às autoridades públicas, o tornam vulnerável às restrições orçamentárias assim como às mudanças políticas. Entre setor privado e setor público, ele não consegue sempre se libertar da tentação clientelística. Para alguns, ele encarna o sonho nostálgico do mundo de ontem sem uma apreensão realista do novo sistema econômico globalizado.

Os obstáculos econômicos são consideráveis. Por um lado, investimentos diretos estrangeiros (IDE) trazem novas tecnologias, novos saberes e novas competências de gestão. Na França, um emprego novo de cada quatro é criado graças aos investimentos internacionais, ao passo que um emprego de cada sete é ligado aos IDE existentes. Por outro lado, o desenvolvimento endógeno local se caracteriza por uma amortização lenta do investimento e uma capacidade limitada para ter lucros. 5 a 10 anos são necessários para produzir resultados, a duração necessária à evolução das mentalidades e à mudança estrutural do meio. Ele não conhece economias de escala e gera pouco valor agregado, donde sua necessidade constante de financiamentos externos. Enfim, trata-se de um desenvolvimento fundado, em grande parte, sobre os circuitos curtos e sobre o autoconsumo que se situa, portanto, às antípodas dos interesses econômicos dominantes. Os obstáculos políticos estão ligados às representações sociais. A globalização fascina. A via da facilidade predomina frente à “virtude” pública. Ela continua a legitimar os Estados-Nações como os atores do desenvolvimento econômico, contra a evidência dos fatos.

Pistas de reativação para reabrir o campo dos possíveis

Entretanto, num prazo mais longo, o estado do meio ambiente, a fragilidade do sistema financeiro ou os riscos de conflitos induzidos por disparidades crescentes de desenvolvimento deixam entrever que o desenvolvimento endógeno local não disse ainda sua última palavra. Será que as regiões e as cidades européias não têm outros papéis a desempenharem do que uma corrida para “a melhor economia do conhecimento do mundo” na divisão espacial do trabalho? É discutível. De fato, o problema vem da exclusividade do desenvolvimento exógeno e de sua propensão a “absorver” todo o resto. Ora, para funcionarem bem, nossas economias necessitam de certa diversidade para lhes permitir absorver eventuais choques exógenos, mas também para reduzir as externalidades negativas. Sucede que o desenvolvimento local desempenha um papel essencial no eco-diversidade.

Várias pistas são sugeridas:

- uma intervenção deliberada para que possam coexistir desenvolvimento exógeno e endógeno: desde a regulação até o apoio financeiro, passando pela regulamentação e a contratação. Ela pode ser pública, mas também privada, ou ainda se apoiar sobre a expressão da sociedade civil. Ela deve, de qualquer forma, se apoiar sobre as dinâmicas emergentes;
- uma lógica de especificação para não deixar o campo aberto para as outras lógicas (concentração, especialização, ou jogo das vantagens comparativas sobre o modelo concorrencial). Ela produz externalidades fortes e oferece uma menor vulnerabilidade ao impacto do exógeno, pois ela trabalha em torno de um conjunto de recursos

específicos acumulados sobre o território e se reforça pela capacidade das pessoas e das empresas para reinstalar.

- as novas oportunidades de consumo, ligadas às tecnologias da informação e da comunicação, permitem agregar no plano mundial demandas muito marginais e dar rentabilidade às vendas e à produção de produtos antes deixados de lado.

- a relocação da economia, embora muitas vezes invocada, continua no patamar da palavra de ordem. Para lhe dar uma legitimidade política, é preciso enriquecer e construir de forma coerente uma argumentação ofensiva, levar mais adiante a análise das externalidades negativas das aglomerações e se dotar de um aparelho estatístico que vá além dos indicadores do PNUD.

- uma outra pista é de acompanhar a “dinâmica residencial” que assinala a existência de motivações para a mobilidade não ligadas ao emprego, especialmente em relação com o advento da sociedade dos serviços e o envelhecimento demográfico. Esta nova distribuição justifica economicamente políticas públicas locais ou regionais que não seriam apenas orientadas para a atração das empresas, mas também para a melhoria das condições de vida (habitação, meio ambiente, serviços públicos, etc.). Se se levasse o raciocínio mais adiante, se pode encontrar nele os fundamentos de uma nova teoria do desenvolvimento local.

Algo diferente de um paliativo das crises industriais, aberto sobre o mundo como ele é, esta dinâmica local traduz a vontade de viver juntos, do lugar de residência e dos serviços de proximidade. O caminho é estreito, pois, uma ida desenfreada para a defesa do consumidor seria de pífia valia e o chamado à responsabilidade cidadã, embora mais promissor, continua arriscado. “Finalmente, atrás do lugar deixado pelo desenvolvimento exógeno ao desenvolvimento endógeno local se perfila a questão da capacidade de nosso modelo de desenvolvimento para se tornar mais sustentável, no sentido do não desperdício dos recursos naturais ou humanos e da preservação do meio ambiente assim como da redução das tensões e conflitos de todos os tipos. Os vinte próximos anos terão o valor de um teste para toda a humanidade”.

Martine Theveniaut fez o resumo do artigo de Marjorie Jouen, produzido no âmbito do Grande Prêmio, na categoria: desenvolvimento dos territórios, com 20 páginas.

Fonte: Boletim de Desenvolvimento Local Sustentável.  
<http://desenvolvimento.local.blogspot.com>.